

Prefácio Prof. Dr. Nereu José Giacomolli	xi
Apresentação Prof. Dr. Antonio Scarance Fernandes	xvii
Introdução	1
1. A Jurisdição no Estado de Direito	9
1.1. Do Estado Natural ao Estado Moderno: A influência dos movimentos racionalistas no desenvolvimento da concepção atual de jurisdição	11
1.2. Jurisdição: concepção e notas essenciais	23
1.2.1. Princípio- <i>garantia</i> da unidade da jurisdição	34
1.2.2. Princípio- <i>garantia</i> da exclusividade da jurisdição	37
1.2.2.1. A exclusividade da jurisdição criminal como garantia fundamental	39
1.2.2.3. Princípio- <i>garantia</i> da independência jurisdicional	42
2. A imparcialidade como elemento essencial da função jurisdicional	52
2.1. Imparcialidade e neutralidade: uma diferenciação necessária	56
2.2. Imparcialidade e <i>imparcialidad</i> : o contributo de Werner Goldschmidt à concepção de imparcialidade	72
2.3. A objetivação da imparcialidade: instrumentos processuais de proteção a um julgamento imparcial e a jurisprudência do Tribunal Europeu de Direitos Humanos	81
2.3.1. Regras protetivas da imparcialidade: incompatibilidade, impedimento e suspeição	86
2.3.1.1. O sistema processual alemão	86
2.3.1.2. O sistema processual italiano	89
2.3.1.3. O sistema processual espanhol	91
2.3.1.4. O sistema processual brasileiro	94
2.3.2. O direito a um julgamento imparcial na jurisprudência do Tribunal Europeu de Direitos Humanos	105
2.4. Delimitação conceitual: a imparcialidade como princípio supremo do processo	113
3. A Prevenção como Regra de Exclusão da Competência no Processo Penal	118
3.1. A regra da prevenção na legislação ordinária: o Código de Processo Penal	123
3.1.1. Os atos decisórios e a distribuição como critérios de identificação da prevenção	130

3.2. A regra da prevenção nos regimentos internos dos tribunais	136
3.3. O tratamento dispensado ao instituto da prevenção pelo Tribunal Europeu de Direitos Humanos	142
3.3.1. A regra da prevenção no ordenamento jurídico espanhol	157
3.3.2. A regra da prevenção na Itália	171
3.4. Hipóteses de contaminação judicial pela prevenção no Processo Penal brasileiro	186
3.4.1. Os precedentes do Supremo Tribunal Federal	203
4. O Juiz de Garantias	217
4.1. O juizado de garantias como perspectiva de redução de danos	217
4.2. O projeto de lei 156/2009	226
4.3. A problemática das instâncias recursais	231
5. Considerações Finais	234
Referências Bibliográficas	243
ANEXO I	257
ANEXO II	351
ANEXO III	369